



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede em Bruxelas

À Comunicação Social :

SECA PROLONGADA RECLAMA MEDIDAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À LAVOURA

A Seca prolongada já prejudica a Lavoura e os Agricultores e ameaça prejudicar ainda mais.

De uma forma geral, todas as culturas de Outono/Inverno (cereais), os Pastos Naturais, os Pomares e Olivais, estão com grande carência de água e a meteorologia não avança previsões favoráveis quanto à vinda da chuva.

Na situação, os Agricultores sofrem prejuízos acrescidos que, assim, se juntam à falta de escoamento e aos baixos Preços da Produção Nacional.

A falta de chuva implica também o aumento da rega mecânica, o que provoca o aumento dos custos de Produção tendo até em conta que a Electricidade e os Combustíveis estão cada vez mais caros.

SÃO PRECISOS APOIOS EXCEPCIONAIS PARA ENFRENTAR A SECA

É pois necessário que o Ministério da Agricultura e o Governo definam e apliquem medidas excepcionais de apoio, tais como :

-- O levantamento e monitorização da situação concreta e das previsões, com os correspondentes prejuízos, região a região.

-- A dotação orçamental para programas de apoios financeiros directos (nacionais e comunitários) por perda de culturas ou animais e para compra de palhas e silagens por parte dos pequenos e médios Agricultores

-- A reposição da Ajuda à Electricidade Verde, na base de um reembolso de 40% sobre o valor do consumo de electricidade em actividades agrícolas.

-- O aumento do “benefício fiscal” (desconto) no Gasóleo Agrícola.

-- A (grande) Redução, ou mesmo a isenção durante alguns meses, das contribuições dos Agricultores para a Segurança Social.

Estes apoios públicos são necessários para permitir a sobrevivência, em actividade, de muitas e muitas Explorações Agrícolas e Pecuárias. Aliás, são também condição necessária ao aumento da Produção Nacional e à redução do défice “suicida” (mais de 3 500 milhões de euros anuais) da balança agro-alimentar de pagamentos do nosso País.

Coimbra, 2 de Fevereiro de 2012 // A Direcção Nacional da C N A